

**FACULDADES INTEGRADAS
“ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO”**

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E ADMINISTRATIVAS
DE PRESIDENTE PRUDENTE

**ANÁLISE DO ORÇAMENTO PÚBLICO SOB ENFOQUE
GERENCIAL E A REDUÇÃO DA ASSIMETRIA INFORMACIONAL
NA BUSCA DA PROSPERIDADE PÚBLICA: UM ESTUDO COM
BASE NOS BALANÇOS ORÇAMENTÁRIOS DE 2003 E 2004 DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE BERNARDES.**

Karen Kazuko Aoki
Luis Paulo Moraes Teixeira
Milena Minamiguchi
Tatiana Kuroiva

Presidente Prudente/SP
2005

**FACULDADES INTEGRADAS
“ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO”**

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E ADMINISTRATIVAS
DE PRESIDENTE PRUDENTE

**ANÁLISE DO ORÇAMENTO PÚBLICO SOB ENFOQUE
GERENCIAL E A REDUÇÃO DA ASSIMETRIA INFORMACIONAL
NA BUSCA DA PROSPERIDADE PÚBLICA: UM ESTUDO COM
BASE NOS BALANÇOS ORÇAMENTÁRIOS DE 2003 E 2004 DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE BERNARDES.**

Karen Kazuko Aoki
Luis Paulo Moraes Teixeira
Milena Minamiguchi
Tatiana Kuroiva

Monografia apresentada como requisito
parcial de Conclusão de Curso para
obtenção do Grau de Bacharel em
Ciências Contábeis, sob orientação da
Prof.^a Maria Cecília Palácio Soares.

Presidente Prudente/SP
2005

**ANÁLISE DO ORÇAMENTO PÚBLICO SOB ENFOQUE
GERENCIAL E A REDUÇÃO DA ASSIMETRIA INFORMACIONAL
NA BUSCA DA PROSPERIDADE PÚBLICA: UM ESTUDO COM
BASE NOS BALANÇOS ORÇAMENTÁRIOS DE 2003 E 2004 DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE BERNARDES.**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado
como requisito parcial para obtenção do
Grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Maria Cecília Palácio Soares

Jorge Luiz Galvão de Oliveira

Antônio Carlos de Araújo

Dedicamos este trabalho aos nossos pais que com muito afinco e afeição nos ensinaram e educaram da melhor forma possível e que nem com todas as palavras do mundo saberíamos como agradecer-lhes.

Aos nossos irmãos (ãs) pela tentativa de suportar e compreender nossos momentos de estresse.

Aos namorados (as) que sempre apóiam e torcem pelos nossos sucessos e pelo amor e carinho que sempre nos oferecem.

E aos amigos que muito contribuíram, dando alegria e força, para que todos esses anos de curso fossem mais agradáveis.

Nada lhe posso dar que já não exista em você
mesmo. Não posso abrir-lhe outro mundo de
imagens, além daquele que há em sua própria alma.
Nada lhe posso dar a não ser a oportunidade, o
impulso, a chave. Eu o ajudarei a tornar visível o seu
próprio mundo, e isso é tudo.

Hermann Hesse

AGRADECIMENTOS

Agradecemos especialmente a nossa excelente orientadora Maria Cecília, pelo tempo dedicado as nossas orientações, pela rigidez, paciência, confiança e perseverança na conclusão deste trabalho. Sem o seu apoio nosso trabalho nada seria. Você é uma pessoa na qual temos a certeza que irá nos inspirar sempre. Seja na área profissional como pessoal.

Agradecemos ao Exmo Sr. Prefeito Municipal de Presidente Bernardes, Dr. Hélio dos Santos Mazzo , à Câmara Municipal e a todos os funcionários que colaboraram na elaboração da análise orçamentária.

Às pessoas componentes da banca examinadora, ao Contador Antonio Carlos de Araújo e ao nosso estimado Professor Dr. Jorge Luiz de Oliveira Galvão pois temos a certeza que contribuirão muito ao discutir o presente trabalho.

Ao querido Professor Edgard por nos dedicar seu precioso tempo para corrigir nossos erros de português e abrilhantar ainda mais nossos textos.

A todos amigos(as) que nos apoiaram e ampararam nos momentos difíceis e que ainda assim não desistiram de nós.

Finalmente, gostaríamos de agradecer a todos aqueles que colaboraram para a conclusão deste curso.

RESUMO

O presente trabalho analisa as demonstrações orçamentárias da Prefeitura Municipal de Pres. Bernardes e evidencia a importância de um planejamento mais elaborado, um controle gerencial e um acompanhamento dos resultados, direcionado especialmente à quebra da assimetria informacional, fatores imprescindíveis para se atingir a prosperidade pública. O tema da pesquisa está inserido no campo da Contabilidade Pública e fez uso de documentação indireta de fontes primárias e secundárias. Foram empregados o método de abordagem indutivo e o de procedimento histórico comparativo. O trabalho buscou desenvolver o orçamento público, descrevendo de forma sucinta sobre a sua história e sua importância no âmbito social. Discorreu também sobre a administração do aparelho público sob um enfoque mais gerencial do que burocrático e a visão da ABOP – Associação Brasileira de Orçamento Público - com relação à participação mais efetiva da sociedade na administração pública. A análise prática compreende dois anos seguidos de exercício financeiro, 2003 e 2004, fazendo um estudo comparativo entre elementos orçados e efetivados. Para essa análise foram utilizados dois tipos de índices da ABOP e quocientes contábeis (orçamentário, financeiro e patrimonial). O resultado dessas análises práticas foi verificar a efetividade e o acompanhamento na elaboração do orçamento público e não somente a consideração do mesmo como uma simples peça burocrática.

Palavras-Chave: Administração Pública Gerencial. Função do Estado. Orçamento. Assimetria Informacional.

ABSTRACT

This present work analyses the Presidente Bernardes City Hall's budgetary demonstrations and make evident how important is a efficient plan, a management control and a results accompany, headed specially to an informal asymmetry crack, necessary factors to reach the public prosperity. The works' theme is inserted in the Public Accountancy area and made use of primary and secondary sources of indirect documents. It were used the persuaded approach method and the comparative historic procediment. The work tried to develop the public budget, describing, in a brief form, about the history and its importance in social ambit. It also described about the administration of the public system in a vision more managed than bureaucratic and the ABOP – Budget Public Brazilian Association – about a more effective participation of society in public administration. The practice analysis is made of two years following of financial exercises, 2003 and 2004, doing a comparative study between budget and effective elements. To this analysis were used two kinds of ABOP indexes and accountancy quotients (budgeted, financial and patrimonial). The results of this practice analysis was to verify the effectiveness and the accompany in elaborating the public budget and not only the consideration of that like a simply burocratic piece.

Key-words: Management Public Administration, State Function, Budget. Informative Asymmetry.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

FIGURA 1 – Cadeia Agente-principal no Estado	19
--	----

TABELAS

TABELA 1 – Código de avaliação ABOP	23
---	----

TABELA 2 – Índice para atualização do Orçamento Público	25
---	----

TABELA 3 – Demonstrativo da Execução das Receitas do Município de Presidente Bernardes/SP – 2003	27
--	----

TABELA 4 – Demonstrativo da Execução das Receitas do Município de Presidente Bernardes/SP – 2004	28
--	----

TABELA 5 – Avaliação comparativa da Execução Orçamentária 2003 e 2004. Em relação ao Trabalho de Previsão da Receita – TPR	31
--	----

TABELA 6 – Avaliação comparativa da Execução Orçamentária 2003 e 2004. Em relação à Capacidade Operacional Financeira da Receita – COFR.	32
---	----

TABELA 7 – Demonstrativo da Execução das Despesas do Município de Presidente Bernardes/SP – 2003	34
--	----

TABELA 8 – Demonstrativo da Execução das Despesas do Município de Presidente Bernardes/SP – 2004	35
--	----

TABELA 9 – Avaliação comparativa da Execução Orçamentária 2003 e 2004 por campos e funções. Em relação ao Planejamento e Programação da Despesa – PPD	40
---	----

TABELA 10 – Avaliação comparativa da Execução Orçamentária 2003 e 2004 por campos e funções. Em relação à Capacidade Operacional Financeira da Despesa – COFD	41
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 ESTUDO HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO BRASILEIRO	12
2 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SOB ENFOQUE GERENCIAL	15
2.1 Assimetria informacional na visão municipal	18
3 ORÇAMENTO NA VISÃO ABOP	21
3.1 Definição ABOP	21
3.2 Instrumentos de Análise da ABOP	22
4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS BALANCOS PÚBLICOS SOB A VISÃO DA ABOP.....	24
4.1 – Atualização dos balanços orçamentários de 2003 e 2004 com base no índice do IGPM	24
4.2 – Análise dos balanços orçamentários com base no índice da ABOP	26
CONCLUSÕES	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	44

INTRODUÇÃO

Ao decorrer dos anos a administração pública foi efetivada de inúmeras formas. Com a preocupação de controlar os gastos públicos, houve a necessidade de se criar um instrumento burocrático que pudesse administrar melhor os recursos públicos. É neste contexto que surge inicialmente a Contabilidade Pública e a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Com o avanço da civilização, ocorreu também uma nova visão de Administração em que o que era burocrático passa a ter um enfoque mais gerencial, por isso a necessidade de se analisar melhor a maneira de administrar o aparelho público e verificar a existência de um acompanhamento mais eficiente e eficaz que vise à continuidade dos planos de governo e que resulte na prosperidade social.

A proposta desse trabalho focou na análise gerencial do orçamento público da Prefeitura Municipal de Presidente Bernardes tendo como base a apreciação dos anexos 2, 8, 10 e 13 dos exercícios de 2003 e 2004, visando a evidenciar o acompanhamento da execução orçamentária e à quebra da assimetria informacional que tem como auxílio os instrumentos da Associação Brasileira do Orçamento Público - ABOP.

Existem inúmeros quocientes contábeis que podem auxiliar na administração pública. Este trabalho deu maior ênfase aos quocientes orçamentários em razão da limitação de informações fornecidas pelo aparelho público, pois para que fossem tratados todos os índices que a Associação Brasileira de Orçamento Público disponibiliza seria necessário um estudo bem mais aprofundado dos demais anexos, que tornará este trabalho muito extenso e complexo. Isto não é o objetivo principal estabelecido.

O trabalho foi dividido em cinco capítulos além dessa introdução e da conclusão. O capítulo inicial abordou de forma sucinta o histórico do orçamento público geral com enfoque específico para o Brasil; o segundo capítulo destacou a administração pública sob o aspecto gerencial, embora fez-se uma comparação com a administração pública burocrática e tratou também sobre o problema da assimetria informacional no setor público; o terceiro capítulo versou sobre a visão da ABOP – Associação Brasileira do Orçamento Público

e os instrumentos de gestão gerencial disponibilizados por ela para que a sociedade participe mais efetivamente da administração pública; no quarto capítulo foram elaboradas as análises práticas da execução orçamentária e a interpretação dos quocientes contábeis (orçamentário e financeiro) com o auxílio dos instrumentos da ABOP.

Esse trabalho restringiu-se apenas ao caráter científico, sem qualquer interesse partidário e de fiscalização da execução orçamentária, pois tratou apenas de uma análise gerencial da administração pública enfocando que o orçamento não é apenas uma peça de finalidade burocrática, mas de prosperidade pública.

1 ESTUDO HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO BRASILEIRO

O orçamento é um instrumento relacionado com a possibilidade de controle dos gastos públicos, por meio dos quais os cidadãos podem limitar e controlar a ação dos governantes.

A crescente preocupação no controle dos recursos públicos contribuiu para o desenvolvimento de formas de elaboração e execução dos orçamentos e criação de regras que submetem a administração pública.

Historicamente as primeiras idéias sobre orçamento público surgiram no continente europeu.

[...] O orçamento público remonta à Constituição Inglesa, outorgada em 1217 pelo rei João Sem Terra, e que em seu Artigo 12 estabelecia restrições para a criação de tributos, os quais deveriam ser aprovados pelo Conselho Comum do Reino. Os barões feudais e o clero, integrantes deste conselho, órgão de representação da época, não estavam preocupados com as despesas do rei, mas com os tributos que este lhes impusera. Para vários autores, foi a partir dali que se iniciou a luta pelo controle parlamentar das finanças públicas. Desse modo, as origens do orçamento público estão associadas à natureza de controle, já que a nobreza se interessava por controlar o então poder ilimitado do rei em matéria tributária. (FREITAS, 2003, p.9)

No Brasil a gestão pública se inicia no Período Colonial quando a administração se confundia com o setor privado e as leis eram elaboradas pelos funcionários da coroa e representantes do clero com privilégios de autoridade.

Castro (2004) relata que no segundo período do século XVI nos Governos Gerais inexistia qualquer controle da ação dos representantes do rei na Administração Pública e ausência de divisão dos poderes, os quais somente foram divididos de forma harmônica com a promulgação da Constituição de 1824.

Em 1831 o Ministério da Fazenda elaborou o primeiro orçamento público encaminhando-o à Assembléia Nacional para discussão e sanção do imperador.

No período compreendido entre os séculos XIX e XX alternou-se a elaboração da proposta orçamentária entre o Poder Legislativo e o Executivo.

Em 1956, Juscelino Kubitschek, por intermédio do Plano de Metas estruturou objetivos para a aplicação de recursos públicos.

[...] Nesse período o viés do planejamento público era econômico: uma técnica para racionalizar a aplicação exclusiva de recursos econômicos, para geração de desenvolvimento, também, econômico. Esse modelo de orçamento foi denominado de “Lei de Meios” ou Orçamento Tradicional, pois estruturava-se em uma linguagem contábil e adotava classificações suficientes apenas para instrumentalizar o controle de despesas, ou seja, os meios que o governo contava para realizar suas tarefas (pessoa, material de consumo, material permanente), mas nada dizia sobre o que seria realizado, não estabelecia nenhum liame com o plano de governo. [...] (CASTRO, 2004)

Com a publicação da Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964, conhecida como “embrião da técnica orçamentária” (Orçamento Programa) - houve uma mudança significativa na qualidade do orçamento. Pois, além da contabilização das despesas, o orçamento passou a demonstrar:

- O “quanto” e “qual” órgão era o responsável pelo gasto;
- Uniram a visão política, econômico-financeira com o programa de trabalho;
- Incorporou o “para que” na ação do governo;
- E aproximou o plano de governo com o orçamento.

A Constituição Federal de 1988 apresentou mecanismos de participação do cidadão na gestão e no controle da administração pública, quando em seu artigo 165, cria o Plano Plurianual (PPA) e a Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) e unifica os orçamentos anuais no Orçamento Geral da União (OGU).

Plano Plurianual: Lei de periodicidade quadrienal, de hierarquia especial e sujeita a prazos e ritos peculiares de tramitação, que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. Vigora por quatro anos, sendo elaborado no primeiro ano do mandato presidencial, entrando em vigor no segundo ano do mandato e estende-se até o primeiro ano do mandato subsequente.

Lei das Diretrizes Orçamentárias: Lei periódica anual prevista no art. 165, II, da Constituição Federal. Tem a finalidade, dentre outras matérias, de nortear a elaboração dos orçamentos anuais, compreendidos aqui o orçamento fiscal, o orçamento de investimento das empresas e o orçamento da seguridade social, de forma a adequá-los a diretrizes, objetivos e metas da administração pública [...] <grifo nosso> (CÂMARA... , s.d., s.p.)

O orçamento público deve ser planejado em conformidade com o teor do Plano de Governo e visando à continuidade dos programas e das ações, não basta apenas um gerenciamento burocrático dos programas contidos no Plano Plurianual (PPA), é necessário que haja um controle gerencial que acompanhe a eficácia na execução do orçamento pelos cidadãos, como assim o faz a entidade não governamental conhecida como Associação Brasileira do Orçamento Público (ABOP), para que a Administração pública atinja seu principal objetivo à prosperidade pública.

“Prosperidade Pública”, ou o bem comum, é o conjunto de condições para que todos os membros orgânicos da sociedade possam adquirir diretamente e por si uma felicidade temporal e quanto possível completa e subordinada ao fim último. Destaca-se, dentre essas condições, a abundância suficiente de bens espirituais e materiais necessários para tornar efetiva a referida felicidade, em que não possam ser alcançados somente pela atividade dos particulares. (CATHERINEIN, V. apud KOHAMA, 2003, p.21)

A administração pública tem como finalidade o equilíbrio dos serviços públicos para agenciar e satisfazer o bem estar comum a todos os integrantes da sociedade.

2 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SOB ENFOQUE GERENCIAL

Segundo Bresser (2003, p. 26), a característica principal que definia as sociedades pré-capitalista e pré-democrática era a privatização do Estado e o patrimonialismo, onde ocorria uma incapacidade de distinção entre os patrimônios públicos e os privados.

Em decorrência dessas características surge o capitalismo, a democracia e a administração pública burocrática para estabelecer uma distinção clara entre os bens públicos e privados, e proteger o patrimônio público contra a privatização do Estado.

O Estado cresceu demasiadamente com a crise dos anos 80 e foi capturado por interesses particulares e a imposição do processo de globalização, onde ocorreu a abertura do mercado mundial, gerando uma enorme necessidade de reorganização do Estado de forma a aumentar suas eficiências para que possam se adaptar as novas demandas do mundo e fazer frente aos novos desafios que estão presentes na atual conjuntura. (BRESSER, SPINK, 2003, p. 7)

No caso da Contabilidade Pública a evolução ocorreu diretamente na maneira de como a máquina pública é administrada. Em decorrência dos avanços ocorridos no mundo:

A administração pública burocrática tornou-se obsoleta e as burocracias públicas estão sendo levadas cada vez mais a adotar uma abordagem gerencial, baseada na descentralização, no controle de resultados e não no controle de procedimentos, na competição administrada, e no controle social direto. (BRESSER, 2003, p.11)

Reformar o Estado não significava desordenar as estruturas, mas primeiramente, abandonar visões do passado, que dantes era assistencialista e paternalista, onde se concentrava grande escala na ação direta para a produção de bens e de serviços, para um novo Estado, no qual não basta a existência de uma burocracia competente na definição dos meios para atingir os fins. (CARDOSO, 2003, apud BRESSER, 2003, p. 15)

Segundo o Conselho Científico do CLAD¹ - Centro Latino Americano de Administração para o Desenvolvimento (2005), o modelo gerencial tem como inspiração as organizações privadas, no qual as transformações organizacionais alteraram a forma burocrático-piramidal de administrar, e flexibilizaram a gestão, diminuiu assim os níveis hierárquicos e, por conseguinte, aumentou-se a autonomia de decisão dos gerentes – logo o nome gerencial. Com essas mudanças, as organizações saem de uma estrutura fundamentada em normas centralizadas, burocráticas, e passa para uma outra estrutura, agora ancorada nas responsabilidades dos administradores, e avaliada pelos resultados realmente obtidos.

Embora o modelo gerencial seja inspirado na iniciativa privada, o mesmo deve se adequar ao contexto político democrático no qual está inserido o setor público. Isso induz a dizer que:

No processo de decisão encontra-se outra diferença entre setor público e o privado. No setor privado, o número de participantes é restrito e a capacidade para tomar decisões mais rápidas é maior. O governo, por sua vez, toma suas decisões segundo procedimentos democráticos, que envolvem um número maior de atores e maior demora na tomada de decisões, sobretudo porque tal sistema pressupõe o controle mutuo entre os poderes e a fiscalização da oposição. Por fim, a “legitimidade” de uma empresa resulta de sua sobrevivência à competição de mercado, ao passo que os governos se legitimam pela via democrática.

Em suma, como bem tem sido afirmado, o governo não pode ser uma empresa, mas pode se tornar mais empresarial, isto é, pode ser mais ágil e flexível frente às gigantescas mudanças ambientais que atingem a todas as organizações. (CLAD, 2005)

A atual conjuntura exige algo muito mais profundo do Estado, demanda-se um aparelho bem mais eficiente e ético que seja orientado por valores gerados pela própria sociedade.

¹ CLAD – Centro Latino Americano de Administração para o Desenvolvimento é uma organização inter-governamental, que foi criada em 1972 pela iniciativa dos governos do México, Peru e Venezuela. Sua criação foi recomendada pela assembléia geral das nações unidas com uma visão de estabelecer uma agência regional cujas atividades se concentrassem na modernização da administração pública, um fator estratégico no processo do desenvolvimento econômico e social. Sua missão é promover a troca das experiências e do conhecimento na reforma do estado e a modernização da administração pública, organizando reuniões especializadas, publicando livros e papéis, realizando estudos e pesquisa e executando atividades técnicas da cooperação entre seus países de membro. Hoje o CLAD conta com 23 países membros, dentre eles Brasil, Portugal e Cuba.

Segundo Cardoso (2003) apud Bresser (2003, p. 18) a reforma também deve ganhar apoio do funcionalismo. Pois se estes que são partícipes diretos da transformação do Estado não sentirem essa necessidade, a própria reforma já pode se considerar um fracasso, pois vai ser obstaculizada por pessoas que pensam que o governo é capaz de fazer milagres.

A reforma da administração tem um “*por que*” e um “*para quem*” ser orientada:

[...] hoje se fala na administração pública gerencial – NPM – *New Public Management*, voltada para atendimento dos interesses da sociedade e sob seu direto controle. Neste novo modelo supera-se a antiga dicotomia pública e privada, redefinindo-se o próprio conceito de público, e instala-se a pluralização, a moderna figura do público não estatal. A desmonopolização do poder, tanto na função estatal da legislação como da administração e da jurisdição são as grandes frentes desse processo. A competição entre Estados, antes de caráter bélico, passa a ser de caráter gerencial, tanto diante dos setores privados como diante dos demais estados. (MOREIRA NETO, 1999)

Já Ferlie et al. (1996) apud Guimarães e Souza (2001) apresentam algumas características – de natureza econômica, social e administrativa – que podem ser utilizadas para entender as mudanças ocorridas na administração pública de diversos países, é o caso da administração gerencial proposta no Plano Diretor da Reforma do Estado no Brasil em 1995. Nas características destaca-se:

- [...] Ênfase na análise da relação custo x benefício e em “fazer mais com menos” na prestação de serviços públicos. Inclui-se aqui o uso de indicadores comparativos de desempenho e o desenvolvimento de sistemas aperfeiçoados de controle de custos, de informação e de auditoria. O desempenho relativo das organizações públicas é avaliado mais abertamente e fica sujeito a um rígido monitoramento central;
- Mudança nos padrões de gestão, de um sistema de “manutenção da administração” para a “administração da mudança”. Para tal há uma preocupação com o desenvolvimento de novas formas de liderança, mais visíveis e mais profissionalizadas, visando gerenciar a mudança cultura. A abordagem tradicional do desenvolvimento organizacional continua a oferecer um estilo alternativo e mais humanístico de gestão organizacional, reorganizado, mais recentemente, sob a denominação de “movimento da aprendizagem organizacional”. Ferlie et al. (1996) apud Guimarães e Souza (2001)

A característica custo x benefício determina o uso de indicadores comparativos de desempenho e ressalta a necessidade de um

acompanhamento fiel do Orçamento Público (instrumentos ABOP – discutidos ao capítulo três) e as mudanças nos padrões de gestão que levem as novas formas de liderança, são visíveis quando se discute a questão sob o ângulo da ‘assimetria informacional’.

2.1 Assimetria informacional na visão municipal

De acordo com Poiares (2005) apud Penim (2005) a assimetria informacional consiste em um processo de geração e percepção de informações onde nem todos os participantes têm acesso ao mesmo nível de informação e, desta forma, nem todos podem participar da mesma maneira e ter consciência dos custos ou fazer uso dos benefícios que o processo democrático decide e acabam beneficiando a quem tem mais informações.

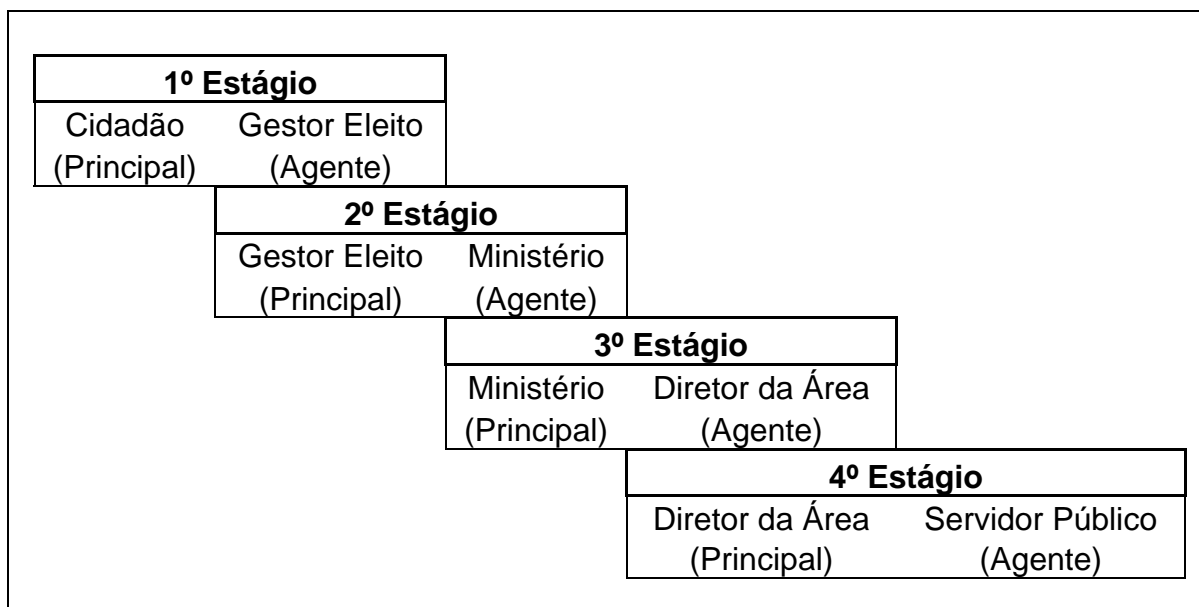
A administração Pública e suas entidades, em certo sentido, ‘pertencem’ aos cidadãos. No entanto, não há, entre nós, em geral, canais adequados para que os cidadãos façam ouvir suas reivindicações, nem há meios efetivos de informação sobre o que se passa dentro da administração pública. Daí agravar-se a larga margem de insatisfação popular para com os serviços prestados pelo Estado e a desconfiança do público em geral sobre a forma como são geridos os recursos, pagos direta ou indiretamente pela população. (SLOMSKI, 2003, p.438)

Assimetria Informacional trata da ausência de comunicação entre o Estado e a sociedade, uma vez que dentro da Prefeitura Municipal o Chefe do Executivo possui mais informações sobre a entidade que dirige em comparação aos cidadãos (externa) e menos em relação aos servidores na qualidade de agentes dentro das respectivas áreas de atuação (interna).

Esta assimetria acaba por ser interna e externa já que, o cidadão não tem conhecimento se os recursos por ele disponibilizados estão sendo aproveitados de forma correta; porém para o chefe do executivo é impossível monitorar todas as ações dos elementos da Cadeia agente-principal que se subdivide em quatro estágios: no primeiro estágio está o cidadão que elege o gestor (executivo) e a câmara (poder legislativo) e esses, a partir do terceiro estágio têm a incumbência de organizar os agentes que os auxiliarão na obtenção dos serviços públicos (diretores e servidores).

A Figura 1 retrata essa cadeia a nível federal, mas é uma visão válida para a hierarquia municipal.

FIGURA 1 - Cadeia Agente-principal no Estado



Fonte: SLOMSKI (2003, p. 439)

Em decorrência:

Se as informações estivessem amplamente disponíveis e se a monitoração da produtividade dos trabalhadores não envolvesse custos, os proprietários de uma empresa poderiam estar seguros de que seus administradores e funcionários estariam trabalhando com eficácia. Entretanto, na maioria das organizações os proprietários não têm condições de monitorar tudo o que fazem seus funcionários, isto é, os funcionários possuem melhores informações do que os proprietários. (PINDYCKY, RUBINFELD apud SLOMSKI, 2003, p.438)

Nesta cadeia ocorre a Teoria do Agenciamento, que segundo Siffert Filho (1996) apud Slomski (2003, p. 431) significa uma relação econômica entre um indivíduo – o Principal – e o Agente – gestor eleito - nos quais as ações feitas pelo agente refletem diretamente no bem estar de ambas as partes e que dificilmente serão observadas pelo principal ocorrendo, então, a assimetria informacional.

O Principal é a sociedade em geral que através dos votos legitimam os Agentes para que os mesmos administrem os recursos recolhidos e apliquem de forma eficiente e eficaz na busca da prosperidade pública.

Havia em extenso vale, uma enorme caverna; com larga boca de entrada e bastante profunda. Lá dentro, sentados de costas para a entrada e voltados para a vasta parede de pedras, encontravam-se os homens discutindo sobre os acontecimentos do dia. Olhando-se para a parede, viam-se inúmeras imagens que iam e vinham, ao alto e embaixo, movendo-se de estranhas maneiras, todas na mesma cor e sem emitir nenhum som. Em meio as conjecturas, uns achavam que era isto, outros que eram aquilo, e assim, passavam o dia observando e falando. Cansado dessa vida, um dos homens resolveu tomar uma atitude e disse: Não agüento mais. A vida não pode ser só isto. Vou arriscar e levantar-me e ir em busca de algo mais. [...] Aos poucos, seus olhos acostumaram-se a claridade e observou pasmado, alguns homens e mulheres iguais a ele, que iam e vinham, carregando cestos, cartazes, animais e provocando assim, por causa do sol forte, as sombras que eram projetadas no fundo da caverna onde vivera até então. Seu coração disparou e ele disse: Meu Deus, vivemos até agora achando que as sombras eram a realidade. [...] Podemos verificar, através desta história ocorrida há cerca de 400 a.C., o fato de que **a verdade é uma só**, embora vista de tantas maneiras diferentes. [...]

Quem não percebe isto, vive como que numa caverna, onde o conhecimento se faz por meio de sombras... (MURAKAMI, 1996, p. 34)

A citação sobre a “República de Platão” demonstra a insatisfação de um homem com o mundo de sombras e parte para novas descobertas: o mundo da luz.

A Cadeia do agente-principal tem a função de chamar à luz, o cidadão como agente principal no primeiro estágio da informação, o qual deve ter o conhecimento de que o serviço público está voltado para a prosperidade e o bem-estar da sociedade e que o poder de orientar, exigir e administrar o aparelho público é deles.

3 O ORÇAMENTO NA VISÃO DA ABOP

O orçamento público na visão da ABOP (Associação Brasileira de Orçamento Público) tem o mesmo conceito dos livros contábeis, porém, a associação tem o intuito de legitimar o processo do planejamento do orçamento, visando o equilíbrio orçamentário e que a sociedade participe mais ativamente da administração pública.

O que inicialmente era administrado de forma burocrática está se transformando em gerencial, onde o controle deverá ser social e direto voltado para os resultados e não para os procedimentos.

É neste contexto que nasce um novo conceito ético sobre a administração do orçamento público, fundamentado numa maior participação da sociedade com o Estado, reduzindo a assimetria informacional, visando um controle mais rigoroso no acompanhamento orçamentário e sua aproximação com o PPA (Plano Plurianual) na busca da eficácia e prosperidade pública.

3.1 Definição ABOP

A ABOP é uma entidade civil sem fins lucrativos, fundada em 04 de dezembro de 1974, com domicílio jurídico em Brasília – DF e regionais estabelecida em vários estados da Federação e filiada à “*Asociación Internacional de Presupuesto Público*” – ASIP. E tem como missão:

- Promover eventos de aperfeiçoamento das técnicas orçamentárias, disponibilizando aos associados o instrumental adequado para análise e solução de questões específicas;
- Estimular a realização de estudos e pesquisas no campo teórico, conceitual e prático sobre problemas relativos ao orçamento;
- Propor e desenvolver formas de participação da sociedade nas decisões incidentes sobre o planejamento, execução orçamentária, gerenciamento e fiscalização das políticas públicas. (ABOP, 2005)

Essa Entidade tem a intenção de mostrar para sociedade a necessidade de ser mais exigente e reconhecer seus direitos. Preocupa-se também com o desempenho da administração do aparelho público exigindo transparência e ética nas informações fornecidas perante os *stakeholders*, “diversos públicos com os quais se relaciona”. (ASHLEY, 2002, p. 50)

Sendo o orçamento o instrumento pelo quais os governantes são autorizados a arrecadar recursos dos cidadãos e aplicá-los na solução dos problemas que os atingem, de acordo com as promessas feitas durante a campanha eleitoral, o entendimento do mesmo permitirá aos eleitores verificar o uso dos recursos, os resultados obtidos com os mesmos, apoiando com voto os governantes, quando cumpram o prometido e castigando-os em caso contrário, o que é fundamental para a melhoria da democracia e das práticas de governo. (ABOP, 2005)

A ABOP procura desenvolver e instruir análises quantitativas para se obter um maior aperfeiçoamento nas análises qualitativas do orçamento público.

3.2 Instrumentos de análise da ABOP

O orçamento público é desenvolvido dentro do Ciclo Orçamentário que se divide em: Elaboração, Estudo e Aprovação, Execução e Avaliação, ou seja, é a “seqüência de fases ou etapas que devem ser cumpridas como parte do processo orçamentário”. (CÂMARA... , s.d., s.p.)

Para a ABOP a otimização de resultado só é alcançada quando o gestor público estabelece o acompanhamento do orçamento em todo seu processo, ciclo.

Não é suficiente apenas a primeira etapa ser cumprida com efetividade (elaboração, estudo e aprovação), é preciso, antes de iniciar-se um novo processo de elaboração orçamentário que ocorra uma comparação do orçamento (planejamento) com a realização dos valores (previsão/execução) e, que se proceda a uma análise investigativa sobre as variações que possam ter ocorrido. Pois, o orçamento é a base estrutural da administração pública na execução dos serviços públicos e, quanto mais próximos os valores de receitas e despesas realizadas estiverem dos valores previstos e fixados, existirá a evidencia de metas efetivadas e a eficiência gestacional.

Para a análise comparativa a ABOP desenvolveu códigos de avaliação (Tabela 1) que são aplicados aos resultados obtidos após o cálculo dos índices ABOP².

- a) Trabalho da Previsão da Receita - TPR: Divisão da receita realizada pela receita prevista em cada fonte.
- b) Capacidade Operacional Financeira da Receita – COFR: Divisão da receita realizada no exercício pela previsão atualizada em cada fonte.
- c) Planejamento e Programação da Despesa – PPD: Divisão da despesa liquidada pela dotação inicial de cada função.
- d) Capacidade Operacional Financeira da Despesa – COFD: divisão da despesa liquidada pela despesa prevista em cada fonte.

Para os indicadores acima citados, a ABOP utiliza os seguintes critérios, para os respectivos códigos:

TABELA 1 - Código de avaliação ABOP

VARIAÇÃO PERCENTUAL (Previsão / Execução)	CÓDIGO	QUALIFICAÇÃO
Variação para mais ou menos, 2,5% Que abrange 97,5% até 102,5%	1	ÓTIMO
Variação para mais ou menos, de até 5% Que abrange 95% até 105%	2	BOM
Variação para mais ou menos, de até 10% Que abrange 90% até 110%	3	REGULAR
Variação para mais ou menos, de até 15% Que abrange 85% até 115%	4	DEFICIENTE
Variação para mais ou menos superior a 15%, Que abrange menos de 85% e mais de 115%	5	ALTAMENTE DEFICIENTE

Fonte: Organizada pelos autores

² Existem vários índices ABOP. Para a realização da pesquisa foram selecionados quatro índices: TPR, COFD, PPD e COFD. A seleção teve como critério a observação de informações que estão disponíveis nos órgãos públicos, e que são de fácil acesso pelos cidadãos, outras espécies de índices desenvolvidos pela ABOP exigem informações analíticas e maior dificuldade para a obtenção.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS BALANÇOS PÚBLICOS SOB VISÃO DA ABOP.

As peças orçamentárias públicas fornecem uma grande quantidade de dados elaborados de forma burocrática. Seguem os padrões da contabilidade. Geralmente os dados são de difícil compreensão e os usufrutuários normalmente não entendem. Este trabalho tem a função de analisar os balanços e fazer uma apreciação dos dados de forma a transformá-los em informações úteis a seus usuários e quanto mais informações produzir, maior será o grau de eficiência da análise.

É muito comum encontrar relatórios que tratam de termos técnicos, por isso a necessidade de elaborar relatórios de linguagem comum aos usuários para que os mesmos possam interpretar por si só, os dados fornecidos pelo aparelho público.

Atualmente, saber analisar balanços tornou-se uma necessidade essencial para os contadores, pois é cada vez maior o número de usuários interessados em obter informações para tomada de decisão.

4.1 Atualização dos balanços orçamentários de 2003 e 2004 com base no índice do IGPM.

Os balanços orçamentários foram atualizados pelo IGPM - Índice Geral de Preços Médios – FGV – (Tabela 2) para alcançar o valor real dos índices, considerando os efeitos de inflação e deflação ocorridos durante o período analisado, pois a previsão orçamentária das receitas e despesas é elaborada no ano anterior ao executado.

TABELA 2: Índice para atualização do Orçamento Público

2003	(%)	(Índice / 100) + 1	Índice Acumulado
Janeiro	2,33	1,0233	1,0233
Fevereiro	2,28	1,0228	1,0466
Março	1,53	1,0153	1,0626
Abril	0,92	1,0092	1,0724
Mai	-0,26	0,9974	1,0696
Junho	-1	0,99	1,0589
Julho	-0,42	0,9958	1,0545
Agosto	0,38	1,0038	1,0585
Setembro	1,18	1,0118	1,0710
Outubro	0,38	1,0038	1,0751
Novembro	0,49	1,0049	1,0803
Dezembro	0,61	1,0061	1,0869

FONTE: Organizada pelos autores

2004	(%)	(Índice / 100) + 1	Índice Acumulado
Janeiro	0,88	1,0088	1,0088
Fevereiro	0,69	1,0069	1,0158
Março	1,13	1,0113	1,0272
Abril	1,21	1,0121	1,0397
Mai	1,31	1,0131	1,0533
Junho	1,38	1,0138	1,0678
Julho	1,31	1,0131	1,0818
Agosto	1,22	1,0122	1,0950
Setembro	0,69	1,0069	1,1026
Outubro	0,39	1,0039	1,1069
Novembro	0,82	1,0082	1,1159
Dezembro	0,74	1,0074	1,1242

4.2 Análise dos balanços orçamentários com base no índice da ABOP.

A coluna de Previsão Atualizada é feita com base na coluna Previsão Inicial e atualizada pelo índice de 1,0869 (Tabela 2). Essa atualização é necessária para a elaboração do índice de Capacidade Operacional Financeira da Receita (COFR).

O índice de Trabalho da Previsão da Receita é realizado dividindo-se a Receita Realizada pela Previsão Inicial, o percentual obtido é diminuído de 100% para se conhecer a variação entre a Receita Realizada e a Receita Prevista.

A ABOP codifica esses índices por intermédio de uma numeração de 1 a 5 (Tabela 1). Essa avaliação identifica a proximidade da realização com a previsão, quanto mais distante de 1 o índice, identifica que é necessário rever o planejamento.

O índice Trabalho de Previsão da Receita é também utilizado para se comparar com outros exercícios e detem-se uma efetividade de acompanhamento do planejamento orçamentário e sua execução. Denota-se a sua construção com uma Lei Orçamentária que, não está só dentro de uma visão burocrática, mas de gerenciamento.

O índice da Capacidade Operacional Financeira da Receita é calculado ao dividir a Receita Realizada com a Previsão Atualizada. A Receita Prevista Atualizada está na mesma base monetária da Receita Atualizada (31/12/2003), com isso percebe-se uma alteração entre os percentuais obtidos no índice TPR com o do COFR. Por exemplo, no índice TPR (sem atualização monetária) a avaliação da Receita Corrente foi considerada ótima (1), ao ser feita a atualização passa-se a ter uma avaliação da mesma receita, Regular (3).

TABELA 3: Demonstrativo da Execução das Receitas do Município de Presidente Bernardes/SP - 2003

RECEITAS	Previsão Inicial			Previsão Atualizada			Realizadas no Exercício			TPR			COFR		
	R\$ 1.000	%	%	R\$ 1.000	%	%	R\$ 1.000	%	%	%	Dif.	Aval.	%	Dif.	Aval.
	a	b (AV)	c (AV)	d	e(AV)	f (AV)	g	h (AV)	i (AV)	j = g/a	100 - j	k	l = g/d	100 - l	m
RECEITAS CORRENTES	12.262.200,00	100,0	93,9	13.327.952,93	100,0	93,9	12.350.578,09	100,0	94,4	100,7	0,7	1	92,7	7,3	3
Receita Tributária	516.000,00	4,2	4,0	560.847,46	4,2	4,0	599.674,95	4,9	4,6	116,2	16,2	5	106,9	6,9	3
Receita Patrimonial	17.000,00	0,1	0,1	18.477,53	0,1	0,1	44.264,07	0,4	0,3	260,4	160,4	5	239,6	139,6	5
Receita Industrial	30.000,00	0,2	0,2	32.607,41	0,2	0,2	8.003,00	0,1	0,1	26,7	73,3	5	24,5	75,5	5
Receita de Serviços	73.000,00	0,6	0,6	79.344,70	0,6	0,6	24.786,12	0,2	0,2	34,0	66,0	5	31,2	68,8	5
Transferências Correntes	12.483.200,00	101,8	95,6	13.568.160,85	101,8	95,6	12.440.256,56	100,7	95,1	99,7	0,3	1	91,7	8,3	3
Outras Receitas Correntes	206.500,00	1,7	1,6	224.447,67	1,7	1,6	274.429,00	2,2	2,1	132,9	32,9	5	122,3	22,3	5
(-) Dedução p/ o Fundef	1.063.500,00	8,7	8,1	1.155.932,70	8,7	8,1	1.040.835,61	8,4	8,0	97,9	2,1	1	90,0	10,0	3
RECEITAS DE CAPITAL	801.000,00	100,0	6,1	870.617,86	100,0	6,1	730.600,70	100,0	5,6	91,2	8,8	3	83,9	16,1	5
Operações de Crédito	100.000,00	12,5	0,8	108.691,37	12,5	0,8	0,00	0,0	0,0	0,0	100,0	5	0,0	100,0	5
Alienação de Bens	55.000,00	6,9	0,4	59.780,25	6,9	0,4	0,00	0,0	0,0	0,0	100,0	5	0,0	100,0	5
Transferências de Capital	646.000,00	80,6	4,9	702.146,24	80,6	4,9	730.600,70	100,0	5,6	113,1	13,1	4	104,1	4,1	2
TOTAL DAS RECEITAS (I)	13.063.200,00		100,0	14.198.570,79		100,0	13.081.178,79		100,0	100,1	0,1	1	92,1	7,9	3
DÉFICIT (II)															
TOTAL (I + II)	13.063.200,00		100,0	14.198.570,79		100,0	13.081.178,79		100,0	100,1	0,1	1	92,1	7,9	3

Fonte: Organizada pelos autores.

As colunas “b”, “e” e “h” representam à análise vertical, considerando 100% o total das receitas (Correntes e de Capital).

As colunas “c”, “f” e “i” são também de Análise Vertical, só que a base 100% é a soma das duas receitas (Correntes e de Capital).

TABELA 4: Demonstrativo da Execução das Receitas do Município de Presidente Bernardes/SP -2004

RECEITAS	Previsão Inicial			Previsão Atualizada			Realizadas no Exercício			TPR			COFR		
	R\$ 1.000	%	%	R\$ 1.000	%	%	R\$ 1.000	%	%	%	Dif.	Aval.	%	Dif.	Aval.
	a	b (AV)	c (AV)	d	e (AV)	f (AV)	g	h (AV)	i (AV)	j = g/a	100 - j	k	l = g/d	100 - l	m
RECEITAS CORRENTES	13.119.040,00	100,0	82,9	14.748.423,10	100,0	82,9	13.305.632,66	100,0	88,4	101,4	1,4	1	90,2	9,8	3
Receita Tributária	713.000,00	5,4	4,5	801.544,51	5,4	4,5	634.101,04	4,8	4,2	88,9	11,1	4	79,1	20,9	5
Receita Patrimonial	38.000,00	0,3	0,2	42.719,60	0,3	0,2	40.551,79	0,3	0,3	106,7	6,7	3	94,9	5,1	3
Receita Industrial	20.000,00	0,2	0,1	22.484,00	0,2	0,1	18.354,00	0,1	0,1	91,8	8,2	3	81,6	18,4	5
Receita de Serviços	46.200,00	0,4	0,3	51.938,03	0,40	0,3	23.268,33	0,2	0,2	50,4	49,6	5	44,8	55,2	5
Transferências Correntes	13.278.390,00	101,2	83,9	14.927.564,35	101,2	83,9	13.598.327,68	102,2	90,3	102,4	2,4	1	91,1	8,9	3
Outras Receitas Correntes	160.450,00	1,2	1,0	180.377,87	1,2	1,0	129.208,30	1,0	0,9	80,5	19,5	5	71,6	28,4	5
(-) Dedução p/ o Fundef	1.137.000,00	8,7	7,2	1.278.215,26	8,7	7,2	1.138.178,48	8,6	7,6	100,1	0,1	1	89,0	11,0	4
RECEITAS DE CAPITAL	2.709.000,00	100,0	17,1	3.045.457,46	100,0	17,1	1.745.271,60	100,0	11,6	64,4	35,6	5	57,3	42,7	5
Alienação de Bens	30.000,00	1,1	0,2	33.726,00	1,1	0,2	6.000,00	0,3	0,0	20,0	80,0	5	17,8	82,2	5
Transfências de Capital	2.679.000,00	98,9	16,9	3.011.731,46	98,9	16,9	1.739.271,60	99,7	11,6	64,9	35,1	5	57,7	42,3	5
TOTAL DAS RECEITAS (I)	15.828.040,00		100,0	17.793.880,56		100,0	15.050.904,26		100,0	95,1	4,9	2	84,6	15,4	5
DÉFICIT (II)															
TOTAL (I + II)	15.828.040,00		100,0	17.793.880,56		100,0	15.050.904,26		100,0	95,1	4,9	2	84,6	15,4	5

Fonte: Organizada pelos autores.

O índice de Trabalho de Previsão da Receita - TPR em 2003 (tabela 3) indica que as receitas no geral atingiram um índice ótimo, que fica 0,01 acima dos 100%.

As Receitas Correntes, que representam 93,09% no total das receitas previstas, alcançaram um índice ótimo, pois na avaliação ficaram 0,07 acima de 100%.

As Receitas Tributária, Patrimonial, Industrial e de Serviços apresentaram um índice de desempenho altamente deficiente, o que significa não ter atingido a previsão inicial das receitas.

As Transferências Correntes atingiram 0,3% abaixo dos 100% obtiveram um índice ótimo.

As Outras Receitas Correntes tiveram um índice altamente deficiente; 32,9 acima do previsto.

A Dedução para o FUNDEF atingiu um índice ótimo, ficou 2,1 abaixo de 100%.

As Receitas de Capital como um todo alcançaram em um índice regular, com 8,8 abaixo dos 100%. As Operações de Crédito e Alienação de Bens atingiram um índice altamente insuficiente, levando em consideração que não houve a efetivação da receita prevista.

As Transferências de Capital proporcionaram um índice deficiente com 13,1% acima de 100%.

A Capacidade Operacional Financeira da Receita (COFR) é o quociente da Receita Realizada pela Previsão Atualizada. No ano de 2003 o COFR ficou com a qualificação regular no geral, com o resultado de 7,9 abaixo de 100%.

Com relação à Tabela 4 - Trabalho de Previsão de Receita (TPR) - as receitas tiveram um decréscimo de 4,9 na base de 100% - um índice bom.

As Receitas Correntes – que representa 82,9% do total da Previsão da Receita - apresentaram um ótimo índice, com acréscimo de 1,4 em relação a 100%.

As Receitas Tributárias tiveram um decréscimo de 11,1 em relação a 100% e implicou uma qualificação deficiente em comparação com a Previsão da Receita.

As Receitas Patrimonial e Industrial apresentaram índices regulares, logo não atingiram a Previsão da Receita.

A Receita de Serviços e Outras Receitas Correntes espelharam índices altamente deficientes, com uma diferença de 49,6 e 19,5 abaixo de 100%.

As Transferências Correntes geraram um ótimo índice: 2,4 acima da previsão inicial.

A Dedução do FUNDEF resultou um índice ótimo com 0,1% acima do previsto.

As Receitas de Capital, a Alienação de Bens e as Transferências de Capital tiveram índices altamente deficientes: receita de capital 35,6; a alienação com 80; as transferências com 35,1 abaixo de 100%.

Conforme a tabela 4, os índices do COFR do ano de 2004 foram qualificados no geral como altamente deficiente, com 15,4 abaixo de 100%.

TABELA 5: Avaliação comparativa da Execução Orçamentária 2003 e 2004
Em relação ao Trabalho de Previsão da Receita - TPR

RECEITAS	TPR		Variação de Conceitos - 2003 e 2004						
	Anos		Ganhos (+) Perdidos (-)	(d) Mantidos					
	2003	2004		c = a - b	1	2	3	4	5
	a	b	1		2	3	4	5	
RECEITAS CORRENTES	1	1	-						
Receita Tributária	5	4	1						
Receita Patrimonial	5	3	2						
Receita Industrial	5	3	2						
Receita de Serviços	5	5	-						
Transferências Correntes	1	1	-						
Outras Receitas Correntes	5	5	-						
(-) Dedução p/ o FUNDEF	1	1	-						
RECEITAS DE CAPITAL	3	5	-2						
Operações de Crédito	5	-	-						
Alienação de Bens	5	5	-						
Transferências de Capital	4	5	-1						
TOTAL			2						

Legenda:

1 – Ótimo	
2 – Bom	
3 – Regular	
4 – Deficiente	
5 - Altamente Deficiente	

Fonte: Organizada pelos autores

Na tabela 5 pode-se observar que alguns conceitos foram mantidos entre o ótimo e altamente deficiente. No geral houve uma variação conceitual de dois pontos positivos, os quais indicam que o Trabalho de Previsão da Receita melhorou, embora não tenha evoluído significativamente.

TABELA 6: Avaliação comparativa da Execução Orçamentária 2003 e 2004
Em relação à Capacidade Operacional Financeira da Receita - COFR

RECEITAS	COFR		Variação de Conceitos - 2003 e 2004					
	Anos		Ganhos (+) Perdidos (-)	(d) Mantidos				
	2003	2004						
	a	b	c = a - b	1	2	3	4	5
RECEITAS CORRENTES	3	3	-					
Receita Tributária	3	5	-2					
Receita Patrimonial	5	3	2					
Receita Industrial	5	5	-					
Receita de Serviços	5	5	-					
Transferências Correntes	3	3	-					
Outras Receitas Correntes	5	5	-					
(-) Dedução p/ o FUNDEF	3	4	-1					
RECEITAS DE CAPITAL	5	5	-					
Operações de Crédito	5	-	-					
Alienação de Bens	5	5	-					
Transfências de Capital	2	5	-3					
TOTAL			-4					

Legenda:

1 – Ótimo	
2 – Bom	
3 – Regular	
4 – Deficiente	
5 - Altamente Deficiente	

FONTE: Organizada pelos autores

Observa-se no período de 2003 e 2004 que a maioria das variações mantiveram-se deficientes e altamente deficientes. No total obteve-se um índice negativo (-4) na variação dos conceitos, identificou-se uma deficiência na variação do índice de 2003 para 2004.

A análise dos índices possibilita observar que a proposta orçamentária elaborada pela Prefeitura de 2004 conservou alguns índices de 2003 e até piorou outros, com relação às receitas. Esta é a função deste índice estruturado pela ABOP – diagnosticar a eficácia gestacional pública na elaboração de sua peça magna o “Orçamento Público” e conseqüentemente,

por meio desse acompanhamento da não realização de uma proposta orçamentária, procurar saná-la para obter a eficácia patrimonial.

TABELA 7: Demonstrativo da Execução das Despesas do Município de Presidente Bernardes/SP - 2003

Função	Dotação Inicial			Dotação Atualizada			Despesa Liquidada		PPD		COFD	
	R\$ 1.000	%	%	R\$ 1.000	%	%	R\$ 1.000	%	%	Avaliação	%	Avaliação
	a	b	C	d	e	f	g	h	i = g/a	j	K = g/d	l
1 - Funções Típicas do Estado	0,00	0,0	0,0	0,00	0,0	0,0	295.399,11	2,1	0,0	-	0,0	-
Legislativa	0,00	0,0	0,0	0,00	0,0	0,0	295.399,11	2,1	0,0	-	0,0	-
2 - Administração Geral	1.060.463,00	100,0	8,4	1.152.631,74	100,0	8,4	1.257.987,58	9,1	118,6	5	109,1	3
Administração	1.060.463,00	100,0	8,4	1.152.631,74	100,0	8,4	1.257.987,58	9,1	118,6	5	109,1	3
3 - Funções Sociais	8.489.582,00	100,0	67,0	9.227.442,81	100,0	67,0	8.997.774,10	65,0	106,0	3	97,5	1
Assistência Social	659.172,00	7,8	5,2	716.463,06	7,8	5,2	764.638,85	5,5	116,0	5	106,7	3
Saúde	2.849.910,00	33,6	22,5	3.097.606,17	33,6	22,5	2.894.680,36	20,9	101,6	1	93,4	3
Educação	4.576.870,00	53,9	36,1	4.974.662,62	53,9	36,1	4.902.674,48	35,4	107,1	3	98,6	1
Trabalho	30.000,00	0,4	0,2	32.607,41	0,4	0,2	12.500,00	0,1	41,7	5	38,3	5
Cultura	194.550,00	2,3	1,5	211.459,06	2,3	1,5	244.735,09	1,8	125,8	5	115,7	5
Desporto e Lazer	179.080,00	2,1	1,4	194.644,50	2,1	1,4	178.545,32	1,3	99,7	1	91,7	3
4 - Infra-Estrutura	2.497.190,00	100,0	19,7	2.714.229,97	100,0	19,7	2.677.663,79	19,3	107,2	3	98,7	1
Habitação	20.000,00	0,8	0,2	21.738,27	0,8	0,2	466.250,92	3,4	2.331,3	5	2.144,8	5
Transporte	697.385,00	27,9	5,5	757.997,30	27,9	5,5	900.515,30	6,5	129,1	5	118,8	5
Urbanismo	1.586.195,00	63,5	12,5	1.724.057,04	63,5	12,5	1.153.479,72	8,3	72,7	5	66,9	5
Saneamento	193.610,00	7,8	1,5	210.437,36	7,8	1,5	157.417,85	1,1	81,3	5	74,8	5
5 - Funções de Produção	314.768,00	100,0	2,5	342.125,65	100,0	2,5	207.030,98	1,5	65,8	5	60,5	5
Agricultura	284.768,00	90,5	2,2	309.518,23	90,5	2,2	207.030,98	1,5	72,7	5	66,9	5
Indústria	30.000,00	9,5	0,2	32.607,41	9,5	0,2	0,00	0,0	0,0	5	0,0	5
6 - Subtotal 1 + 2 + 3 + 4 + 5	12.362.003,00		97,6	13.436.430,17		97,6	13.435.855,56	97,1	108,7	3	100,0	1
Encargos Especiais	306.197,00		2,4	332.809,71		2,4	408.292,12	2,9	133,3	5	122,7	5
7 - Subtotal	306.197,00		2,4	332.809,71		2,4	408.292,12	2,9	133,3	5	122,7	5
Total Geral 6 + 7	12.668.200,00		100,0	13.769.239,88		100,0	13.844.147,68	100,0	109,3	3	100,5	1

FONTE: Organizada pelos autores

TABELA 8: Demonstrativo da Execução das Despesas do Município de Presidente Bernardes/SP - 2004

Função	Dotação Inicial			Dotação Atualizada			Despesa Liquidada		PPD		COFD	
	R\$ 1.000	%	%	R\$ 1.000	%	%	R\$ 1.000	%	%	Avaliação	%	Avaliação
	a	b (AV)	c (AV)	d	e (AV)	f	g	h	i = g/a	j	K = g/d	l
1 - Funções Típicas do Estado	0,00	0,0	0,0	0,00	0,0	0,0	303.921,44	2,1	0,0	-	0,0	-
Legislativa		0,0	0,0	0,00	0,0	0,0	303.921,44	2,1	0,0	-	0,0	-
2 - Administração Geral	1.150.940,00	100,0	7,5	1.293.886,60	100,0	7,5	1.188.611,87	8,1	103,3	2	91,9	3
Administração	1.150.940,00	100,0	7,5	1.293.886,60	100,0	7,5	1.188.611,87	8,1	103,3	2	91,9	3
3 - Funções Sociais	8.560.352,00	100,0	55,5	9.623.546,63	100,0	55,5	9.020.327,57	61,4	105,4	3	93,7	3
Assistência Social	815.300,00	9,5	5,3	916.560,16	9,5	5,3	721.083,26	4,9	88,4	4	78,7	5
Saúde	3.162.060,00	36,9	20,5	3.554.787,45	36,9	20,5	3.163.126,56	21,5	100,0	1	89,0	4
Educação	4.215.002,00	49,2	27,3	4.738.504,71	49,2	27,3	4.796.865,41	32,6	113,8	5	101,2	1
Trabalho	10.000,00	0,1	0,1	11.242,00	0,1	0,1	0,00	0,0	0,0	5	0,0	5
Cultura	169.850,00	2,0	1,1	190.945,35	2,0	1,1	176.108,77	1,2	103,7	2	92,2	3
Desporto e Lazer	188.140,00	2,2	1,2	211.506,96	2,2	1,2	163.143,57	1,1	86,7	4	77,1	5
4 - Infra-Estrutura	4.811.348,00	100,0	31,2	5.408.916,81	100,0	31,2	3.710.772,29	25,2	77,1	5	68,6	5
Habitação	1.321.000,00	27,5	8,6	1.485.068,03	27,5	8,6	1.399.372,08	9,5	105,9	3	94,2	3
Transporte	781.548,00	16,2	5,1	878.616,16	16,2	5,1	766.952,15	5,2	98,1	1	87,3	4
Urbanismo	2.520.300,00	52,4	16,3	2.833.320,94	52,4	16,3	1.365.564,43	9,3	54,2	5	48,2	5
Saneamento	188.500,00	3,9	1,2	211.911,68	3,9	1,2	178.883,63	1,2	94,9	3	84,4	5
5 - Funções de Produção	258.700,00	100,0	1,7	290.830,51	100,0	1,7	217.172,67	1,5	83,9	5	74,7	5
Agricultura	248.700,00	96,1	1,6	279.588,51	96,1	1,6	217.172,67	1,5	87,3	4	77,7	5
Indústria	10.000,00	3,9	0,1	11.242,00	3,9	0,1	0,00	0,0	0,0	5	0,0	5
6 - Subtotal 1 + 2 + 3 + 4 + 5	14.781.340,00		95,8	16.617.180,55		95,8	14.440.805,84	98,2	97,7	1	86,9	4
Encargos Especiais	488.700,00		3,2	549.396,48		3,2	259.223,70	1,8	53,0	5	47,2	5
Reserva de Contingência	160.000,00		1,0	179.871,98		1,0	0,00	0,0	0,0	5	0,0	5
7 - Subtotal	648.700,00		4,2	729.268,46		4,2	259.223,70	1,8	40,0	5	35,5	5
Total Geral 6 + 7	15.430.040,00		100,0	17.346.449,00		100,0	14.700.029,54	100,0	95,3	2	84,7	5

FONTE: Organizada pelos autores

Na tabela 7 nota-se que, no ano de 2003 as despesas apresentaram no geral um índice de Planejamento e Programação da Despesa – PPD – desempenho regular com 9,3 acima dos 100%.

Não houve análise das Funções Típicas do Estado – Legislativo pelo fato de não estar discriminado no anexo 8, estando somado em outras funções ou sub-funções difíceis de identificar através dos dados sintéticos e para detecta-los é preciso de dados da contabilidade analítica.

As funções, descritas abaixo, apresentaram índices altamente deficientes:

- Administração, que representa 8,4% da Dotação Inicial, apresentou 18,6% acima de 100%

- Assistência Social atingiu 16,0% acima do percentual que mantém o equilíbrio;

- Trabalho e Cultura refletiram um índice altamente deficiente com 58,3 negativo e 25,8 positivo, respectivamente;

- Na função agricultura o índice ficou 27,30 abaixo dos 100% esperado e na função Indústria não ocorreu à liquidação da despesa;

- Os Encargos Especiais apresentaram um conceito altamente deficiente, pois a apresentou 33,3% a mais do que o valor da dotação inicial.

As funções Infra-Estrutura e Educação atingiram o índice regular. O primeiro com 19,3% e -7,1% sobre a dotação inicial - 100%.

Convém ressaltar que a função Infra-Estrutura, mesmo com suas subdivisões apresentou índices altamente deficientes, conseguiu alcançar a avaliação regular.

Somente as funções Saúde e Desporto e Lazer apresentaram um índice de PPD ótimo, com um percentual 1,6% e 0,3% respectivamente a menos e a mais dos 100%, considerado ótimo pela avaliação da ABOP.

Nas colunas do PPD em 2004 (Tabela 8) nota-se que o total geral das despesas foi avaliado como “bom” e alcançou 4,7% como diferença entre o total da despesa liquidada e o total da dotação inicial.

No item função legislativa (dentro das funções típicas do Estado) não podemos analisar os índices de PPD e COFD, pois não foi possível localizar os valores relativos a essa função no anexo 8, como deveria estar disponibilizado. Tendo em vista que o trabalho se baseou apenas em anexos e demonstrativos contábeis e financeiros públicos disponíveis a sociedade não aprofundamos a análise neste item.

A avaliação da Função administrativa teve a qualificação bom, verificando um diferencial de 3,3% negativo entre a dotação inicial e a execução.

Nas Funções Sociais pode-se notar uma qualificação regular, pois ultrapassa em 0,4% a abrangência de “Bom”.

Assistência Social teve avaliação deficiente em consequência de uma diferença percentual positiva de 11,6 entre previsão e execução das despesas.

A Saúde foi uma das três funções privilegiadas com a nota de avaliação 1 no PPD, código considerado ótimo de acordo com a ABOP, pois teve uma diferença quase imperceptível entre dotação inicial e despesa liquidada.

Educação apresentou a qualificação deficiente, pois ultrapassou em 8,8% negativo a variação de 5% até 10% que o regular permite, isto é, teve uma diferença percentual total de 13,8 entre o que foi previsto e o que foi realmente gasto.

Na função Trabalho – qualifica-se o PPD como altamente deficiente por analisarmos que houve uma previsão de gastos que não foi realizada. Houve uma diferença entre execução e previsão de R\$ 11.242,00, referente ao total previsto na dotação inicial.

Cultura atingiu bom como avaliação do PPD, tendo em vista a variação percentual de 3,7% negativo entre despesa liquidada e dotação inicial.

Na função Desporte e Lazer a qualificação deficiente impera, pois nota-se a diferença de 13,3%, para mais, entre execução e previsão inicial.

A Função de Infra-Estrutura resultou a qualificação de altamente Deficiente, pois espelhou uma variação percentual bastante significativa de 22,90% a mais do que a dotação inicial. Isto significa em termos gerais que ocorreu uma “Economia Orçamentária” (despesa executada menor que a despesa fixada).

Para a análise realizada, em função do índice, o melhor resultado é quando este é mais próximo de zero, pois a peça orçamentária significa o alicerce da administração pública.

Urbanismo, Funções de Produção e Encargos Especiais atingiram, respectivamente, a avaliação altamente deficiente: 54,2, 83,9 e 53,0. Percentual produto do PPD.

A função Agricultura teve como resultado 87,3% e alcançou a avaliação deficiente, pois teve 2,7% a menos que os 90% considerado regular.

Habitação e Saneamento refletiram como produto do PPD os percentuais 105,9 e 94,9 e tiveram como conceito a avaliação regular.

A função Transporte bem como o Subtotal das Funções – as Típicas do Estado, Administração Geral, Sociais, Infra-Estrutura e de Produção - conseguiram atingir o conceito ótimo, com os percentuais de 98,1 e 97,7.

Com relação às funções Indústria e Reserva de Contingência verifica-se que não existiu a liquidação dessas funções, isto é, os valores previstos na dotação inicial não foram utilizados, significando assim um planejamento orçamentário ineficaz e uma avaliação altamente deficiente.

A soma de Encargos Especiais e Reserva de Contingência apresentou conceito altamente deficiente, assim como ambas as funções, um PPD bastante significativo de 40%.

No geral o somatório das despesas de 2004 teve como resultado o percentual de 95,3 e como avaliação o conceito bom.

O índice de COFD em 2004 tem a mesma estrutura do PPD, a diferença está no valor pelo qual a despesa liquidada é dividida. No PPD a despesa liquidada é dividida pela dotação inicial, já no COFD a despesa liquidada é dividida pelo valor da dotação inicial atualizada pelo índice acumulado do IGPM (FGV). Analisando tabela 8 podemos observar que das 24 funções avaliadas:

- Funções Típicas do Estado – Legislativa não pode ser avaliar pela falta de informações;

- Sete funções: Funções Sociais, Infra-Estrutura, Urbanismo, Funções de Produção, Encargos Especiais e a soma de Encargos Especiais e Reserva de Contingência mantiveram seus conceitos mesmo com a atualização da Dotação Inicial;

- Três funções (Trabalho, Indústria e Reserva de Contingência) tiveram avaliação Altamente Deficiente, pois não houve despesas liquidadas referente às mesmas;

- Educação foi a única função que melhorou de conceito com a atualização da dotação inicial. Passou de altamente deficiente para Ótimo;

- E as demais funções, em função da atualização da dotação inicial, tiveram queda de conceito.

TABELA 9: Avaliação comparativa da Execução Orçamentária 2003 e 2004 por campos e funções
Em relação ao Planejamento e Programação da Despesa - PPD

Campos Funcionais e Funções	PPD		Variação de Conceitos - 2003 e 2004					
	Anos		Ganhos (+) Perdidos (-)	(d) Mantidos				
	2003	2004		c = a - b	1	2	3	4
	a	B						
Funções Típicas do Estado	-	-	-					
Legislativa	-	-	-					
Administração Geral	5	2	3					
Administração	5	2	3					
Funções Sociais	3	3	-					
Assistência Social	5	4	1					
Saúde	1	1	-					
Educação	3	5	-2					
Trabalho	5	5	-					
Cultura	5	2	3					
Desporto e Lazer	1	4	-3					
Infra-Estrutura	3	5	-2					
Habitação	5	3	2					
Transporte	5	1	4					
Urbanismo	5	5	-					
Saneamento	5	3	2					
Funções de Produção	5	5	-					
Agricultura	5	4	1					
Indústria	5	5	-					
Encargos Especiais	5	5	-					
Reserva para Contingência	-	5	-					
Total			14					

Legenda:

1 – Ótimo	
2 – Bom	
3 – Regular	
4 – Deficiente	
5 – Altamente Deficiente	

FONTE: Organizada pelos autores

A variação Comparativa em relação ao PPD demonstra que houve um ganho de 14 pontos conceituais. Apesar de algumas funções terem mantido os conceitos altamente deficientes, oito funções demonstraram ganhos significativos.

TABELA 10: Avaliação comparativa da Execução Orçamentária 2003 e 2004 por campos e funções
Em relação à Capacidade Operacional Financeira da Despesa - COFD

Campos Funcionais e Funções	COFD		Variação de Conceitos - 2003 e 2004					
	Anos		Ganhos (+) Perdidos (-) c = a - b	(d) Mantidos				
	2003	2004		1	2	3	4	5
	a	b						
Funções Típicas do Estado	-	-	-					
Legislativa	-	-	-					
Administração Geral	3	3	-					
Administração	3	3	-					
Funções Sociais	1	3	-2					
Assistência Social	3	5	-2					
Saúde	3	4	-1					
Educação	1	1	-					
Trabalho	5	5	-					
Cultura	5	3	2					
Desporto e Lazer	3	5	-2					
Infra-Estrutura	1	5	-4					
Habitação	5	3	2					
Transporte	5	4	1					
Urbanismo	5	5	-					
Saneamento	5	5	-					
Funções de Produção	5	5	-					
Agricultura	5	5	-					
Indústria	5	5	-					
Encargos Pessoais	5	5	-					
Reserva para Contingência	-	5	-					
Total			- 6					

Legenda:

1 – Ótimo	
2 – Bom	
3 – Regular	
4 – Deficiente	
5 - Altamente Deficiente	

FONTE: Organizada pelos autores

Nesta tabela observou-se que no geral os conceitos pioraram de um ano para o outro, portanto falta acompanhar mais a fixação das despesas com a execução.

CONCLUSÃO

O enfoque deste trabalho foi visar à importância da Contabilidade Pública como uma ferramenta de planejamento, controle e acompanhamento da execução orçamentária, demonstrando que a sociedade pode e deve ter uma maior participação na administração pública. Primeiramente desenvolveu-se um pequeno histórico do orçamento público e a sua importância para a prosperidade social. Abordou-se a questão da administração pública sob o enfoque gerencial e comparou-se com os padrões burocráticos. Destacou-se que a forma gerencial ajuda a sociedade a ter uma nova visão sobre esta inovação gestacional, em que ocorre a desmonopolização do gestor eleito sobre o poder de administrar e esta nova visão gerencial tem como inspiração os modelos privados. Para reduzir a assimetria informacional entre sociedade e administração pública, demonstrou-se a existência da possibilidade de acompanhar a gestão por intermédio de índices disponibilizados pela ABOP. Neste trabalho optou-se por apenas quatro índices cujos resultados refletem e permitem uma análise da eficiência e eficácia do planejamento à execução orçamentária, delimitando-se a extensão do trabalho em virtude do fácil acesso às informações da Prefeitura de Presidente Bernardes (município de pequeno porte). Os índices resultantes da análise orçamentária do município analisado refletem a ausência de acompanhamento e planejamento do controle orçamentário público, pois conforme tabelas 5, 6, 9 e 10 notou-se que entre os anos de 2003 e 2004 algumas funções permaneceram ou pioraram seus conceitos. O Trabalho de Previsão da Receita nas funções Receita de Serviços, Outras Receitas Correntes e Alienação de Bens mantiveram o conceito altamente deficiente. As funções Receita de Capital e Transferência de Capital agravaram seus conceitos, conquanto Receitas Tributárias, Transferências Correntes e Dedução para o FUNDEF conseguiram manter-se com a avaliação ótima de um ano para o outro. Em relação às demais funções da Receita podemos verificar uma pequena melhora de um ou dois pontos conceituais; já na análise da COFR, embora Receita Patrimonial tenha melhorado dois conceitos – de altamente deficiente para bom – as demais funções tiveram queda ou mantiveram seus conceitos entre altamente deficiente e bom; com relação ao PPD por mais que oito (Administração geral, Administração, Assistência social, Cultura, Habitação,

Transporte, Saneamento e Agricultura) das 21 funções analisadas tivessem melhorado em média 2,3 pontos conceituais e Saúde tenha sustentado o conceito ótimo as demais funções conservaram ou reduziram seus conceitos; sobre COFD podemos constatar que somente Cultura, Habitação e Transporte tiveram uma melhora em suas avaliações, e dentre as funções remanescentes sete mantiveram seus conceitos: Trabalho, Urbanismo, Saneamento, Funções de Produção, Agricultura, Indústria e Encargos Pessoais com o conceito altamente deficiente; Administração Geral e Administração - regular e Educação ótimo. Percebe-se assim que o orçamento público deve ser planejado conforme os orçamentos anteriores visando à continuidade e à melhora dos programas e ações, não bastando apenas o gerenciamento burocrático do PPA e o mero cumprimento das exigências legais impostas. Urge, logo, um controle gerencial acompanhado da eficácia na execução do orçamento pelos cidadãos para que a Administração pública atinja seu principal objetivo que é a prosperidade social.

Referências Bibliográficas:

AMADO, A. A. O. e ABDALA FILHO, N. **Aspectos gerais dos orçamentos públicos e síntese quantitativa do orçamento da União de 1999**. ABOP, 2005. Disponível em: <<http://www.abop.org.br/Sintese.html>> . Acesso em 23 ago. 2005

ASHLEY, P. A. (Org.). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORÇAMENTO PÚBLICO. Apresentam informativos e assuntos relacionados à administração e ao orçamento público. Disponível em: <www.abop.org.br>. Acesso em: 18 jun. 2005

BRASIL. **Lei n 4.320, de 17 de março de 1964**. 22. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

BRESSER, L. C. P. ; SPINK, P. **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. 5. ed. São Paulo: Fundação Getulio Vargas, 2003.

CAIDEN, G. **Administrative reform comes of age**. Berlin/New York: Walter de Gruyter, 1991.

CASTRO, D. P. ; GARCIA, L. M. Evolução e estruturação do orçamento público. In: _____. **Contabilidade Pública no governo federal: guia para reformulação do ensino e implantação da lógica do SIAFI nos governos municipais e estaduais com utilização do Excel**. São Paulo: Atlas, 2004.

CONSELHO CIENTÍFICO DO CLAD. **Uma nova gestão pública para América Latina**. CLAD, 2005. Disponível em: <<http://www.clad.org.ve/gesppo.html#3>>. Acesso em: 28 jun. 2005.

FREITAS, M. S. N. de **Uma releitura do orçamento público sob uma perspectiva histórica**. 2003. Disponível em: <http://www.seiba.gov.br/publicacoesbahia_analise/analise_dados/pdf/financas/pag_09.pdf> Acesso em 03 maio 2005.

GUIMARÃES, T. de A. ; SOUZA, E. C. L. Aprendizagem organizacional na nova administração pública. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 6, 2005, Buenos Aires, **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.clad.org.ve/anales6/guimatom.html>>. Acesso em: 10 maio 2005.

KELM, M. L. **Contextualização da firma em ambiente sob assimetria informacional e o papel das informações contábeis**. 2005. Disponível em: <<http://www.unijui.tche.br/contabeis/artigo2.htm>>. Acesso em 23 ago. 2005

KOHAMA, H. **Balanços públicos**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. **Contabilidade pública**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEITE, C. **Prefeitura municipal de Presidente Bernardes Estado de São Paulo**. Disponível em: <<http://www.presidentebernardes.sp.gov.br/>>. Acesso em 23 ago. 2005

MANUAL de perícias. Apresenta: Glossário de termos usados na contabilidade pública <<http://www.manualdepericias.com.br/glossarios.asp>>. Acesso em 28 jun. 2005

MOREIRA NETO, D. F. **Apontamentos sobre a reforma administrativa: Emenda Constitucional n.º 19 de 4 de junho de 1998; a reforma da administrativa**, Rio de Janeiro: Renovar, 1999. Disponível em: <http://reforma.pjf.mg.gov.br/arq_conceito/reforma_administrativa.htm>. Acesso em 10 maio 2005.

MURAKAMI, M. Cultura: O mito da caverna. **Pomba Branca**, São Paulo, ano 11, n.127, p. 35-36, jan. 1996.

PENIM, F. R. DOTeCOMe: **O monstro e a democracia**. Disponível em: <<http://dotecome.blogspot.com/2005/05/o-monstro-e-democracia.html>> Acesso em 30 set. 2005

PORTAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Brasília. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/glossario/>>. Acesso em: 28 jun. 2005

SLOMSKI, V. **Manual de contabilidade pública**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

VIARO, M. A. ; BOSÍSIO, V. C. **A contabilidade pública sob o enfoque gerencial** : um estudo com base nos balanços (anexos 12, 13, 14 e 15 da lei 4320/64) de 1999 a 2002 da prefeitura municipal de Regente Feijó - SP. 2003. 213 f. Monografia (Graduação) - Faculdades Integradas "Antônio Eufrásio de Toledo", Presidente Prudente, 2003.

ANEXO A**Receita Segundo as Categorias Econômicas**

Estado de São Paulo
 Prefeitura Municipal de Presidente Bernardes

Exercício de 2003 - Anexo 2, da Lei 4.320/64

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal

Resumo	
Receita Tributária	516.000,00
Receita Patrimonial	17.000,00
Receita Industrial	30.000,00
Receita de Serviços	73.000,00
Transferências Correntes	12.483.200,00
Outras Receitas Correntes	206.500,00
Total das Receitas Correntes	13.325.700,00
Operações de Crédito	100.000,00
Alienação de Bens	55.000,00
Transferências de Capital	646.000,00
Total das Receitas de Capital	801.000,00
Total Geral	14.126.700,00
(-) Deduções para Formação do FUNDEF	1.063.500,00
Total da Receita Líquida	13.063.200,00

ANEXO B**Receita Segundo as Categorias Econômicas**

Estado de São Paulo
 Prefeitura Municipal de Presidente Bernardes

Exercício de 2004 - Anexo 2, da Lei 4.320/64

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal

Resumo	
Receita Tributária	713.000,00
Receita Patrimonial	38.000,00
Receita Industrial	20.000,00
Receita de Serviços	46.200,00
Transferências Correntes	13.278.390,00
Outras Receitas Correntes	160.450,00
Total das Receitas Correntes	14.256.040,00
Alienação de Bens	30.000,00
Transferências de Capital	2.679.000,00
Total das Receitas de Capital	2.709.000,00
Total Geral	16.965.040,00
(-) Deduções para Formação do FUNDEF	1.137.000,00
Total da Receita Líquida	15.828.040,00

ANEXO C**Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-funções e Programas**

Estado de São Paulo
 Prefeitura Municipal de Presidente Bernardes

Exercício de 2003 - Anexo 8, da Lei 4.320/64

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal

Resumo	
Administração	1.060.463,00
Assistência Social	659.172,00
Saúde	2.849.910,00
Trabalho	30.000,00
Educação	4.576.870,00
Cultura	194.550,00
Urbanismo	1.586.195,00
Habitação	20.000,00
Saneamento	193.610,00
Agricultura	284.768,00
Indústria	30.000,00
Transporte	697.385,00
Desporto e Lazer	179.080,00
Encargos Sociais	306.197,00
Total	12.668.200,00

ANEXO D**Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-funções e Programas**

Estado de São Paulo
 Prefeitura Municipal de Presidente Bernardes

Exercício de 2004 - Anexo 8, da Lei 4.320/64

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal

Resumo	
Administração	1.150.940,00
Assistência Social	815.300,00
Saúde	3.162.060,00
Trabalho	10.000,00
Educação	4.215.002,00
Cultura	169.850,00
Urbanismo	2.520.300,00
Habitação	1.321.000,00
Saneamento	188.500,00
Agricultura	248.700,00
Indústria	10.000,00
Transporte	781.548,00
Desporto e Lazer	188.140,00
Encargos Sociais	648.700,00
Total	15.430.040,00

ANEXO E**Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadas**

Estado de São Paulo
 Prefeitura Municipal de Presidente Bernardes

Exercício de 2003 - Anexo 10, da Lei 4.320/64

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal

Resumo	
	Arrecada
Receita Tributária	599.674,95
Receita Patrimonial	44.264,07
Receita Industrial	8.003,00
Receita de Serviços	24.786,12
Transferências Correntes	12.440.256,56
Outras Receitas Correntes	274.429,00
Total das Receitas Correntes	13.391.413,70
Operações de Crédito	0,00
Alienação de Bens	0,00
Transferências de Capital	730.600,70
Total das Receitas de Capital	730.600,70
Total Geral	14.122.014,40
(-) Deduções para Formação do FUNDEF	1.040.835,61
Total da Receita Líquida	13.081.178,79

ANEXO F**Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadas**

Estado de São Paulo
 Prefeitura Municipal de Presidente Bernardes

Exercício de 2004 - Anexo 10, da Lei 4.320/64

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal

Resumo	
	Arrecada
Receita Tributária	634.101,14
Receita Patrimonial	40.551,79
Receita Industrial	18.354,00
Receita de Serviços	23.268,33
Transferências Correntes	13.598.327,68
Outras Receitas Correntes	129.208,30
Total das Receitas Correntes	14.443.811,24
Alienação de Bens	6.000,00
Transferências de Capital	1.739.271,60
Total das Receitas de Capital	1.745.271,60
Total Geral	16.189.082,84
(-) Deduções para Formação do FUNDEF	1.138.178,48
Total da Receita Líquida	15.050.904,36

ANEXO G**Balanço Financeiro**

Estado de São Paulo
 Prefeitura Municipal de Presidente Bernardes

Exercício de 2003 - Anexo 13, da Lei 4.320/64

Unidade Gestora: Consolidado

Resumo - Despesa por funções	
	Arrecadada
Legislativo	295.399,11
Administração	1.257.987,58
Assistência Social	764.638,85
Saúde	2.894.680,36
Trabalho	12.500,00
Educação	4.902.674,48
Cultura	244.735,09
Urbanismo	1.153.479,72
Habitação	466.250,92
Saneamento	157.417,85
Agricultura	207.030,98
Indústria	0,00
Transporte	900.515,30
Desporto e Lazer	178.545,32
Encargos Especiais	408.292,12
Total	13.844.147,68

ANEXO H**Balanço Financeiro**

Estado de São Paulo
 Prefeitura Municipal de Presidente Bernardes

Exercício de 2004 - Anexo 13, da Lei 4.320/64

Unidade Gestora: Consolidado

Resumo - Despesa por funções	
Legislativo	303.921,44
Administração	1.188.611,87
Assistência Social	721.083,26
Saúde	3.163.126,56
Trabalho	0,00
Educação	4.796.865,41
Cultura	176.108,77
Urbanismo	1.365.564,43
Habitação	1.399.372,08
Saneamento	178.883,63
Agricultura	217.172,67
Indústria	0,00
Transporte	766.952,15
Desporto e Lazer	163.143,57
Encargos Especiais	259.223,70
Total	14.700.029,54